

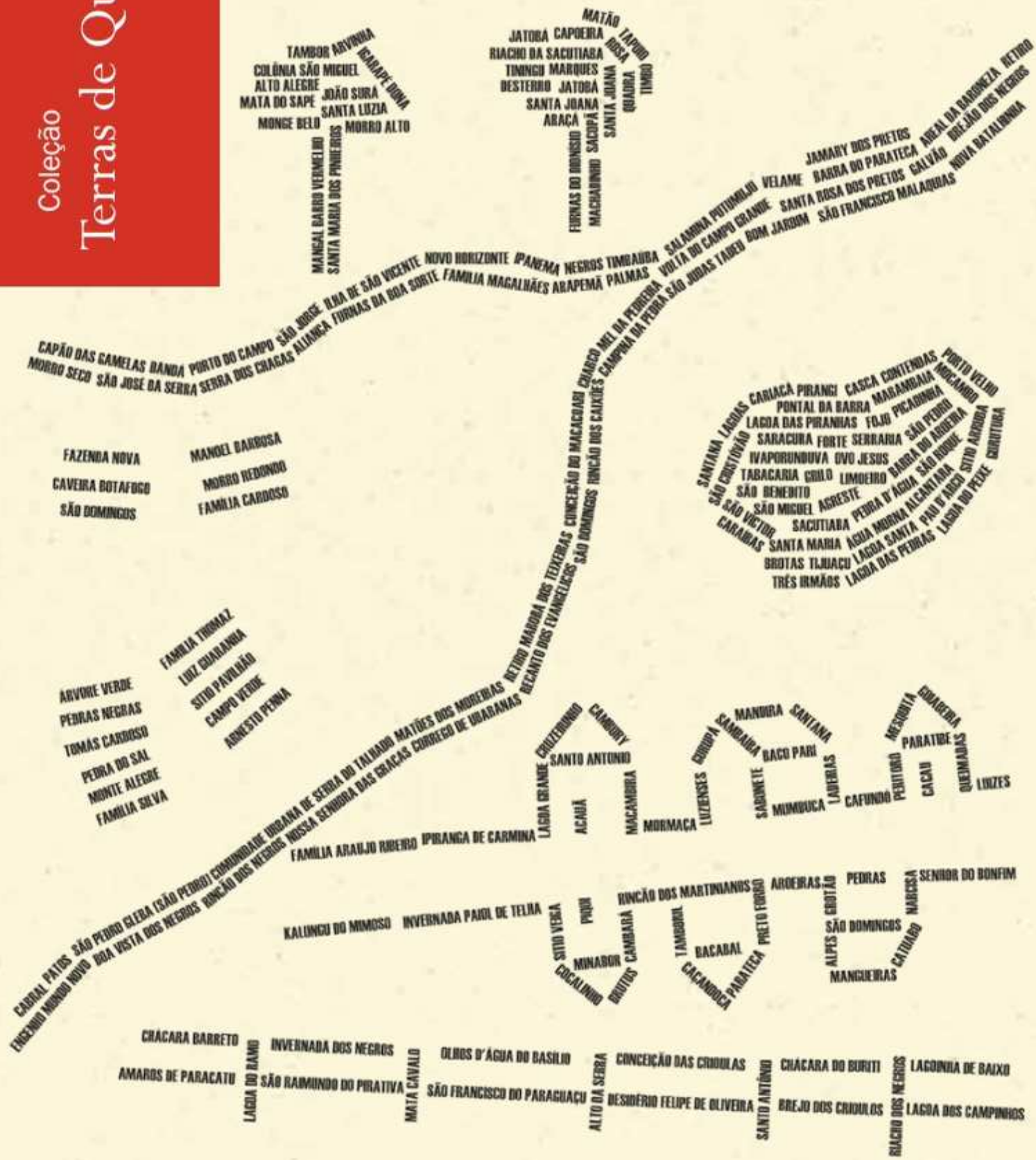


Coleção

Terras de Quilombos

Minas Gerais

Comunidade Quilombola Mangueiras



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Mangueiras

A Comunidade Quilombola de Mangueiras, localizada em Belo Horizonte, habita a região do Ribeirão da Izidora desde o século 19, antes da abolição da escravatura e antes mesmo da fundação da capital mineira. Localizado hoje na região norte da capital, o quilombo antes fazia parte da cidade de Santa Luzia. É formado por trinta e cinco famílias que reivindicam uma área de aproximadamente 20 hectares na região norte da cidade. A comunidade do Quilombo de Mangueiras luta pelo reconhecimento de seus direitos desde 2005.



Situados em uma região de área verde conhecida como Ribeirão da Izidora, os moradores do Quilombo de Mangueiras até hoje fazem plantações, criam animais e trabalham nas atividades urbanas da grande cidade que foi crescendo em volta. **Em uma cidade que já foi chamada de “cidade jardim” e que hoje vê a sua área verde bastante diminuída e cada vez mais ameaçada, o Quilombo de Mangueiras manteve a defesa, o respeito e o cultivo na mata.**



É assim que a luta dos quilombolas de Mangueiras, que vem se dando por cerca de 150 anos, está ligada à defesa da ecologia e se confunde à própria resistência ao desmatamento de uma das principais áreas verdes que ainda restam na capital de Minas. Desde 2000, no dia 13 de maio, dia da abolição da escravidão, os moradores do quilombo realizam uma festa de saudação à mãe-natureza.

A força do parentesco: memória da ocupação

A ocupação desse lugar pela Comunidade de Mangueiras vem desde a segunda metade do século 19 e começou com o casal Vicência Vieira de Lima e Cassiano José de Azevedo. Sabe-se que eram lavradores, negros, e tiveram doze filhos: Amélia, Antonio, Anna, Augusto, Cassiano, Izabel, Luzia, Marcos, Modesto, Pedro, Polidoro e Maria Bárbara. A história desses filhos é a própria história de Mangueiras.

Alguns dos filhos de Vicência e Cassiano viviam do que era produzido em suas terras, comercializando seus produtos. **Dos filhos do casal, a memória oral da comunidade guarda informações, principalmente, sobre Izabel, Augusto, Marcos, Pedro, Amélia e Maria Bárbara.**

Izabel plantava mandioca em uma área que pertenceu à Comunidade. Em um dado momento de sua vida, fora picada por uma cobra urutu-cruzeiro, cujo veneno, segundo José Emílio “se não mata, aleija”. Após o ocorrido Izabel ficou aleijada.

Augusto cuidava de um moinho que estava localizado nas margens do Ribeirão do Izidora e ali retirava o fubá que era levado para a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Ele morreu com mais de 80 anos de idade, por volta do ano de 1955. Há relatos de que Augusto teve um relacionamento com Sá Marcolina e que tiveram alguns filhos. Sá Marcolina tinha estreita relação com os moradores da Comunidade. Ela era negra, alta, fumava muito cachimbo e falava de um modo diferente. Ela também ocupava a região antes da chegada da família Werneck, pois morava na fazenda da família Paula Cotta. Quando ocorreu a venda da fazenda, Juca Paula Cotta pediu para os compradores, que Sá Marcolina ficasse na casa onde já morava. Estima-se que ela tenha vivido até os 120 anos de idade.

Marcos nasceu em 1885 e morou na comunidade até 1936, ano em que Maria Bárbara faleceu. Ele se casou em 1912 e quando deixou as terras, levou sua esposa, seus filhos e sua irmã, Anna de Azevedo. Marcos comprou um terreno no bairro Horto em Belo

Horizonte, onde morou até 1975, ano de sua morte. Após se mudar, Marcos continuou frequentando a Comunidade. Sua filha, Diva, relata as visitas do pai aos irmãos e sobrinhos.

Pedro morou no Quilombo até a sua morte em 1960. A sua área, após a divisão das terras, estava localizada nas margens do Ribeirão do Onça, onde ele pescava. Pedro trabalhou para o Estado, na construção de estradas, capinando, abrindo canais e bueiros. Ele cultivava grande variedade de plantas. Na década de 1950, houve o rompimento da barragem da Pampulha, com isso o Ribeirão do Onça encheu e invadiu a casa de Pedro. A partir desse episódio, ele construiu uma nova casa no território que hoje se encontra na entrada da Comunidade, perto da Rodovia MG-20.

Amélia se casou com José Ricardo e eles eram os padrinhos de José Maria Filho, irmão mais velho de José Emílio. Ela morava em uma área acima de onde está localizada a comunidade atualmente. Ela e a irmã, Maria Bárbara, eram muito amigas.

Maria Bárbara, ancestral mais próxima dos atuais moradores, nasceu por volta de 1863 e viveu até os 73 anos de idade, falecendo em 1936. Ela fabricava panelas de barro para vender, além de doces. Maria Bárbara teve três filhos: Cassiano, Miguel e José Maria. Os três irmãos trabalhavam



Dona Wanda e Cassianinho (*in memoriam*). Fonte: Relatório Antropológico – Arquivo da Comunidade

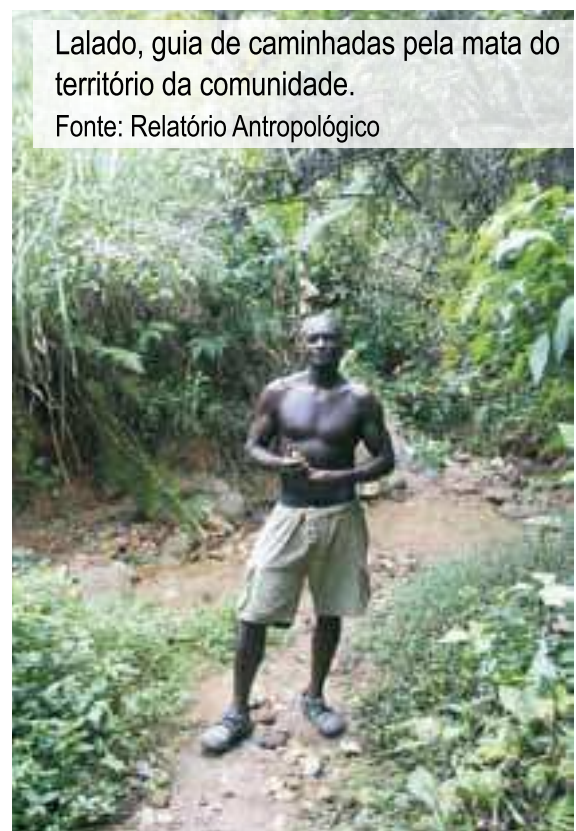


Dona Wanda.
Fonte: Relatório Antropológico

juntos, principalmente com pecuária e agricultura. Eles cuidavam do gado da fazenda de Tonico Mariano de Abreu, além de cuidar da roça em outras fazendas. Cassiano e José Maria viveram na comunidade até a década de 1970, quando faleceram.

Cassiano se casou com Dejanira e juntos tiveram onze filhos: Cassiano Filho, Lurdes, José Maria, Ephigênia, Tereza, Ilma, Maria Nicodemos, Joaquim, Dejanira, Íris e Geraldina. Cassiano construiu uma casa de adobe, onde hoje mora dona Wanda e alguns de seus filhos. Por um período, Maria Bárbara morou na casa do filho. Cassiano tinha em seu território uma horta, com plantações de laranja, verduras e outras frutas, que terminava perto da casa de seu tio Pedro. Cassiano era lembrado pela comunidade como alguém estudado, que possuía “diploma para trabalhar com plantas comestíveis”.

José Maria casou-se com Maria Fortunata e tiveram cinco filhos: José Maria Filho, Maria Nicolina, Antônio José, Maria da Conceição e José Emílio. **Em 2008, José Emílio dos Santos era o único neto de Maria Bárbara morador na comunidade. Hoje, grande parte de seus filhos, enteados e netos moram na comunidade.** Segundo José Emílio, o pai trabalhou para a família



Werneck “picando lenha, roçando o pasto”, e ainda tinha a própria roça de milho e mandioca. Ele tinha criação de alguns animais como burros, mulas e cavalos que ele usava nos seus trabalhos nas fazendas vizinhas.

Em 2008, existiam 14 casas, nas quais habitavam 19 famílias. **Uma das grandes queixas da comunidade é a falta de área para construir casas para as famílias que hoje moram na comunidade.** Sendo a área pequena, e pelo fato de haver restrições ambientais que dificultam a construção de novas casas, várias famílias precisam dividir o mesmo teto.

A casa de Dona Wanda pertenceu a Cassiano, seu sogro, filho de Maria Bárbara. Ivone, filha de Wanda e neta de Cassiano, lembra as histórias contadas por seu avô quando ela era menina. Diz que ele guardava em seu quarto documentos e objetos antigos e não deixava que as pessoas entrassem nele. **As crianças ficavam com vontade de entrar no quarto para mexer nos objetos do avô.** Ele era lavrador, comerciante e também educador, pois ensinava aos netos conhecimentos sobre as árvores e plantas da região.

Os moradores de Mangueiras guardam muitas memórias da região nos tempos passados. Eles se lembram do trem que saía de Santa Luzia com destino a Belo Horizonte, levando várias pessoas carregando frutas e verduras para serem vendidas nas feiras. **Contam dos diversos animais que podiam ser vistos com frequência à beira dos Ribeirões do Onça e do Izidora, como capivaras, raposas, jaguatiricas, além dos peixes dos ribeirões.**

Divisão e conflitos ambientais

Por volta de 1920, Hugo Werneck, um médico que se mudara do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, começou a comprar terras na região vizinha às áreas cultivadas por Vicência e Cassiano, formando assim a Granja Werneck. A família era de grande destaque na vida social da capital mineira. Nesse período, através de um incentivo do Banco do Brasil, foi construído um sanatório nas terras da família

Werneck, inaugurado em 1929 para o tratamento, de início, dos funcionários do banco. **Nesse período, alguns dos filhos de Vicência e Cassiano mantinham relações de trabalho com a família Werneck.**

A partir de 1928, começou o processo de divisão das terras de Vicência e Cassiano, concluído em 1932. Não se sabe ao certo o motivo dessa partilha já que os filhos de Vicência e Cassiano utilizavam o território de forma coletiva. A partilha levou à perda da metade do território, que foi repassado à família Werneck. Apesar da partilha dizer que essa metade teria sido por “compra”, o processo legal não relata documentos nem cita os termos nos quais teriam ocorridos tal “compra”. A regularização de terras tinha um custo elevado, tanto pela necessidade de pagamento de profissionais especializados para fazer o mapa das áreas, como também para a contratação de advogados. Vicência e Cassiano não tinham dinheiro para fazer essa regulamentação de sua terra, na qual viviam e trabalhavam.

A comunidade de Mangueiras sofre desde 1920 a pressão urbana sobre suas terras, com grandes danos ao meio ambiente, cada vez mais ameaçado. Na década de 1920 ocorreu a construção da estrada do sanatório e da rodovia MG-20, que reduziu o território da comunidade e restringiu o acesso de seus moradores aos dois ribeirões, o do Izidora e o do Onça. Na década de 1950, foram construídos conjuntos habitacionais, alguns deles sendo empreendidos por órgãos do governo. Por volta de 2006, houve a duplicação da MG-20 que pegou outra parte do território da comunidade. E, posteriormente, a construção da Linha Verde, que vai ao aeroporto de Confins e ao novo Centro Administrativo do governo de Minas Gerais. Todos esses fatores contribuíram para aumentar a pressão da especulação imobiliária sobre a área.

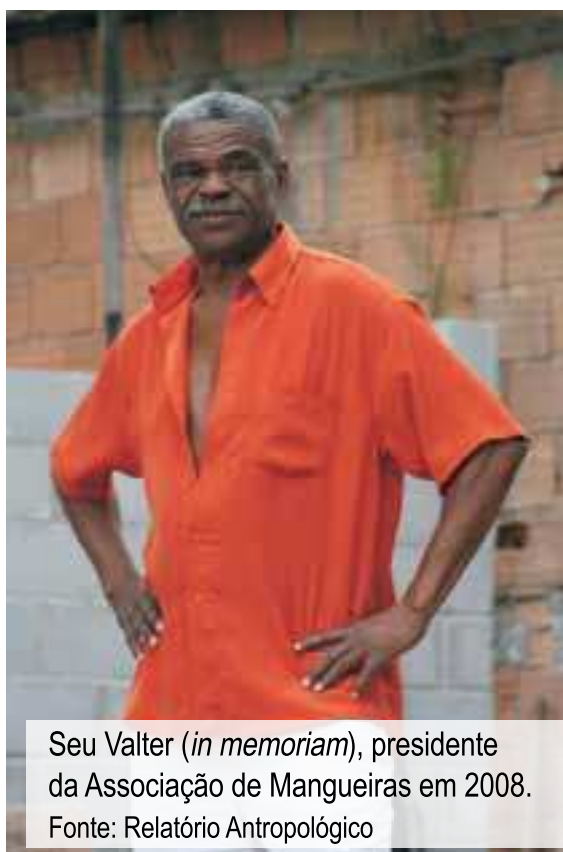
Um dos resultados do crescimento ao redor do território da comunidade de Mangueiras foi o fato de aumentar cada vez mais a dificuldade de acesso à terra e à água de qualidade. As nascentes existentes no território e a água do Córrego Lajinha, que eram tradicionalmente aproveitadas pela comunidade, deixaram de ser usadas depois que foi constatada a sua contaminação. Um dos motivos da

contaminação seria uma rede de esgoto e uma rede de água pluvial que atendem ao bairro Tupi-Lajedo. Esse bairro foi construído de maneira irregular no final da década de 1980 e, posteriormente, foi regularizado pela prefeitura. A rede de esgoto atravessa o Córrego Lajinha e passa pelo meio da atual área de posse da comunidade e costumava apresentar vazamentos. A rede pluvial jogava a água da chuva, que escorria lavando as ruas do bairro, no leito do Córrego Lajinha. O resultado era a poluição do córrego com o lixo que vinha junto e um processo de erosão do seu curso, em função da quantidade de água e a pressão com que ela vinha nos períodos de chuva mais forte.

A Associação de Mangueiras

Foi muito importante para a construção da consciência dos moradores do Quilombo de Mangueiras a atuação de uma forte liderança comunitária na região, de nome Thomaz.

Seu primeiro contato com a comunidade de Mangueiras foi no final da década de 1960 com Maria (filha de Pedro José de Azevedo) e seu marido. Juntamente com outras lideranças à época, procurou



Seu Valter (*in memoriam*), presidente da Associação de Mangueiras em 2008.
Fonte: Relatório Antropológico

se informar quanto aos direitos quilombolas e cobrar políticas públicas para a Comunidade. Nesse processo inicial, uma das instituições não governamentais que contribuiu nessa discussão foi o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES).

Em 12 de dezembro de 2005, a comunidade de Mangueiras se autodeclarou quilombola, solicitando o registro junto à Fundação Cultural Palmares, que emitiu a certidão de auto reco-

nhecimento. O nome de Mangueiras, que se refere às mangueiras que compõem a entrada da comunidade às margens da rodovia MG-20, foi escolhido em uma espécie de votação realizada por algumas lideranças, juntamente com a criação da Associação de Moradores, presidida na época por seu Valter e posteriormente por Ione.

A criação da Associação de Mangueiras foi importante por várias razões. Ela deu mais visibilidade aos quilombolas, incentivou o espírito de iniciativa em torno a ações que visam ao bem da comunidade, desenvolveu as reivindicações por políticas de saneamento e de acesso a energia elétrica junto aos poderes públicos, deu mais oportunidade a alianças com outras entidades. Além disso, o reconhecimento da comunidade enquanto quilombola resgatou a valorização da identidade e herança africana dos moradores. A cor da pele, os penteados afro, batuques, além dos hábitos rurais, vão formando um elo de pertencimento à comunidade e sua tradição.

A comunidade de Mangueiras encaminhou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma carta pedindo a demarcação e titulação de seu território em 2006. E em 2008 foi realizada uma pesquisa pela equipe do Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas (NUQ/UFMG) com o intuito de realizar a caracterização histórica, econômica, social e cultural do Quilombo de Mangueiras.

Em 2006 ocorreu uma importante reunião em que foi possível promover o encontro da Associação de Mangueiras com vários representantes de órgãos públicos, como a COMACON (Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra) da Prefeitura de Belo Horizonte, a Administração Regional Norte, a COPASA e outros. A parceria com a Regional Norte possibilitou a implantação na comunidade do Projeto Luz para Todos, do governo federal.

Após muitas lutas e reivindicações, ao final de 2006 os mangueirenses tiveram acesso aos serviços da COPASA, que a princípio somente atenderiam a área quando estivesse devidamente regularizada.

Foi organizado pela comunidade, também em 2006, um projeto denominado “Mangueiras Limpas”. O projeto foi divulgado em vários

lugares, como nas escolas vizinhas, e tinha como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos mangueirenses. Em 2008, foi organizada pela comunidade uma outra campanha, visando a limpeza das casas através da reciclagem dos lixos. Esses movimentos se devem ao fato de a comunidade não ser atendida pelo sistema de coleta de lixo da prefeitura.

Ressalte-se que **as mulheres da comunidade são as que possuem maior ligação com a área da saúde**. Elas se envolvem em projetos educativos e profissionais ligados à promoção da saúde na comunidade, além de se preocuparem em cuidar de si mesmas e dos filhos. Ao menos três moradoras de Mangueiras trabalham na área de saúde e manifestam a vontade de implementar políticas públicas que favoreçam o acesso a saúde dos quilombolas.

As gerações mais velhas são as de menor escolaridade. Os que frequentaram a escola por mais tempo relatam inúmeras dificuldades para continuar os estudos. Muitos tiveram que abandonar os estudos para trabalhar desde a infância e assim contribuir para o sustento da casa. Contam ainda de preconceitos raciais sofridos nas escolas e pela vizinhança. Os mais jovens puderam participar de outros tipos de formação como cursos de danças, lutas marciais, artesanato, futebol e outros aprendizados.

Em maio de 2008 foi realizado um encontro em Mangueiras para inaugurar o projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Centro Educativo Maria Bárbara. Seu



Centro Educativo Maria Bárbara. Fonte: Relatório Antropológico

Valter, presidente da Associação de Mangueiras à época, cedeu uma parte de sua casa para a construção da escola e o projeto foi planejado junto com a comunidade. Este projeto foi muito importante, pois ainda havia muitos que não sabiam ler e escrever e quase a metade possuía somente o ensino fundamental. **Dona Wanda fez um discurso na inauguração da EJA, emocionando os que estavam presentes, dizendo que ela estaria ali para realizar um grande sonho de sua vida: aprender a ler.**

A comunidade de Mangueiras se orgulha de ter uma ótima relação com as escolas vizinhas que frequentemente levam seus alunos para caminhadas ecológicas em seu território.

Passado e futuro

O Quilombo de Mangueiras tem, ao longo de sua história, a característica de ser um quilombo rural. Entretanto, com o avanço principalmente do vetor norte de Belo Horizonte, a comunidade passou a ter hábitos de vida que misturam o urbano e o rural. Vários adultos atuam como trabalhadores informais na cidade, como na construção civil e muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas. Poucos moradores tinham, em 2008, a carteira assinada, atuando como enfermeiros, cozinheiros, cobradores de ônibus e funcionários do posto de saúde, tanto homens como mulheres.

Porém, apesar de todas as pressões externas, Mangueiras manteve várias características rurais como práticas agrícolas (especialmente o cultivo de hortas), criação de animais, o uso de fogão a lenha na maioria das casas, e conhecimentos medicinais de plantas.

José Emílio era um grande conhecedor das plantas locais, principalmente quanto às suas propriedades medicinais. Outra figura importante relacionada ao trabalho com a terra é a Dona Lena, que foi casada com José Carlos dos Santos (Zé Pequeno), filho de criação de José Emílio. Ela conhece a mata da região, trabalha capinando para a vizinhança e cultiva em seu quintal inúmeras frutas, legumes e hortaliças.

Desde 2000 a comunidade tem se voltado para a promoção de tradições culturais afrobrasileiras. Um exemplo é a comemoração conhecida como saudação à mãe natureza, realizada no dia 13 de maio, dia da abolição da escravidão. Outro é a “missa afro” na Paróquia do Perpétuo Socorro, em um bairro vizinho. Também importante mencionar as leituras de textos e poesias feitas por moradores da comunidade com reflexões sobre a identidade e culturas negras.

Mesmo que as religiões predominantes entre os mangueirenses sejam a católica e a evangélica, sempre houve interesse pelas religiões afrobrasileiras. Já existiram dois centros de matriz africana no território de Mangueiras. O primeiro terreiro de Mangueiras era conhecido por “Terreiro de Dona Isabel”. Fundado em 1970, concluiu suas atividades em 1980 devido a problemas de saúde da fundadora. O segundo foi inaugurado no final da década de 1990, por um benzedor de fora da comunidade, mas teve suas atividades extintas. No ano de 2008, alguns moradores planejavam retomar essas atividades religiosas na comunidade. Um terceiro terreiro, chamado “Ilé Asè Odé Safé Edún Ará”, foi inaugurado no início de 2009 por três moradoras da comunidade: Dona Wanda e duas de suas filhas, Ivone e Ione. O terreiro cresceu e se tornou uma importante referência religiosa na comunidade.

A Associação Cultural Odum Orixás, grupo que desde 1975 trabalha em prol do fortalecimento da cultura afrobrasileira em Belo Horizonte, tem estreita relação com a comunidade de Mangueiras. Uma das atividades oferecidas pela Associação são as aulas de dança e muitas mulheres de Mangueiras participam de grupos de dança há mais de uma década. Essas atividades promovem o fortalecimento da luta pelo direito à titulação do território ancestral.

O território original ocupado pela comunidade fundada por Vicência e Cassiano era de aproximadamente 387 mil metros quadrados. Hoje, está reduzido a apenas 17 mil metros quadrados. Essa redução drástica do território se deu ao longo dos anos com nítidas desigualdades e injustiças nas relações de poder e nas negociações. A área que o quilombo pretende recuperar está localizada entre o Córrego Lajinha e a divisa de terras pertencente ao espólio de Samuel Werneck.

Ao longo de tantos anos de luta, alguns moradores faleceram à espera de efetivação da titulação das terras, alguns deles, importantes lideranças como Valter e José Emílio. Dessa maneira, a titulação das terras do Quilombo de Mangueiras é de suma importância para que haja a recuperação de parte das terras da Comunidade, perdidas ao longo dos tempos, garantindo a continuidade e a sustentabilidade da Comunidade.



Camará, planta medicinal utilizada pela comunidade. Fonte: Relatório Antropológico



Horta estruturada com pneus reaproveitados. Fonte: Relatório Antropológico

Esta narrativa foi escrita por Luciana Célia da Silva Costa, a partir do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Mangueiras. Realizado pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais - NUQ. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2008, coordenado por Daniel Simião e equipe composta por Alexandre Lima Sampaio; Ana Tereza Faria; Cynthia Adriadne Santos; Laura Gomes Nascimento; Otávio Rocha de Siqueira; José Luis Braga Guimarães; Juliana Miranda Soares Campos e Luiza Campera.

Com informações adicionais da monografia: Religião no Quilombo: relações entre candomblecistas e evangélicos em Mangueiras (MG). Fafich, UFMG. 2011. Autora: Juliana Miranda Soares Campos.

Uma palavra da comunidade

Mangueiras

Aconteceram inúmeras mudanças na Comunidade Quilombola de Mangueiras após a realização do relatório antropológico, ocorrido em 2008.

Ao longo desses anos foi possível, por exemplo, melhorar a acessibilidade das ruas do Quilombo. Essas ficavam praticamente intransitáveis em épocas de chuva, devido ao relevo do território, chegando a prejudicar a estrutura e a segurança das casas.

Outra mudança ocorreu no ano de 2015, quando o quilombo urbano de Mangueiras foi tombado como patrimônio histórico e imaterial da cidade de Belo Horizonte. Fato que traz esperanças para a Comunidade, pois o quilombo tem um histórico de ruralidade, mas com o crescimento do município de Belo Horizonte, está se tornando cada vez mais urbano. Dessa maneira, será possível a maior preservação da área verde pertencente ao quilombo.

Entretanto, a Comunidade ainda aguarda o seu maior sonho se realizar: obter a titulação definitiva do território e exigir dos órgãos competentes as políticas públicas para garantir seus direitos. E, assim, ver a justiça prevalecer na construção de uma sociedade mais igual.

A partir da titulação definitiva do território será possível dar sequência ao processo de geração de renda e autonomia, principalmente dos mais jovens da Comunidade.

Após a titulação, também será possível o maior acesso da Comunidade às políticas públicas, que poderão contribuir para resolver inúmeras dificuldades vividas pela Comunidade, como a falta de moradia e de emprego.

Outra grande dificuldade da Comunidade, atualmente, é conseguir manter a qualidade das nascentes de seu território. Elas estão todas poluídas devido a degradação ambiental dos bairros no entorno do Quilombo.



Moradores da Comunidade.
Da esquerda para direita: Cadu,
Fernanda, Isabel, Elisabete e
José Emílio (*in memoriam*).
Fonte: Relatório Antropológico



Moradores da Comunidade.
Da esquerda para a direita: Maurício,
Júnior (neto), Ivone, Marcos, Wanda,
Ione, Ivoninha (mãe de Júnior),
Gláucia e Thiago (filho).
Fonte: Relatório Antropológico

São muitas as dificuldades das lutas quilombolas em Minas Gerais e no Brasil. O senhor Valter Vitor da Silva e a Ione Maria de Oliveira foram muito importantes nas conquistas para a Comunidade por direitos e melhorias. Conseguiram a construção de uma sala de aula e a sede da Associação na busca para alfabetizar os antigos da Comunidade.

O atual presidente Maurício Moreira juntamente com a atual diretoria na gestão de 2011 a 2015 tem dado sequência à luta e resgate da documentação, buscando recursos para manter a privacidade, segurança do quilombo e a tão esperada titulação.

Um dos pontos importante na luta quilombola da Comunidade de Mangueiras foi o resgate da religião de matriz africana que vem a cada dia mais tendo adeptos. Atualmente, os quilombolas são adeptos de várias religiões como a católica, a protestante, a umbanda e o candomblé. Essa diversidade não impede que todas possam conviver de maneira harmônica e, principalmente, prevalecendo o respeito a cada uma delas.

Texto de Maurício Moreira e Ivone, lideranças de Mangueiras, com a equipe de consulta.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C837q Costa, Luciana Célia da Silva
Quilombo de Mangueiras / Luciana Célia da Silva Costa.- Belo Horizonte :
FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Mangueiras, realizado pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais- NUQ, Belo Horizonte, Minas Gerais.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Mangueiras I I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.